



Ministério da Educação
Universidade Federal de São Paulo
Conselho de Planejamento



1
2 Aos vinte e um dias do mês de junho de dois mil e dezesseis, nesta cidade de São
3 Paulo, a rua Sena Madureira, 1500, auditório do térreo da Reitoria, reuniram-se os
4 senhores membros do Conselho de Planejamento sob a presidência do Prof. Dr. Pedro
5 Fiori Arantes, Pró-Reitor Adjunto de Planejamento. Membros presentes: André
6 Roberto de Arruda Machado, Caetano Marques de Olinda Lima, Carlos Alberto de
7 Oliveira Couto, Debora Nunes Lisboa, Edison Maneschi Junior, Emerson
8 Stefanoviciaus D'Anela, Fernando Ramos Martins, Gabriela de Brelàz, Haluane
9 Santana de Oliveira, Janete Cristina Melo Marques, Janine Schirmer, Juliana Mateusa
10 Meira Cruz, Maria Fernanda Salgado Santos Mattos Pereira, Maria Lucia Oliveira de
11 Souza Formigoni, Mariana Costa de Souza, Paulo Roberto Fernandes, Rodrigo Turini
12 Catta Preta, Samuel Goihman, Sonia Maria Garcia Vigeta e Sylvia Helena Souza da
13 Silva Batista. Membros que justificaram ausência e foram representados: Andrea
14 Rabinovici (representante: Conceição Vieira da Silva Ohara), Elisangela Marina dos
15 Santos (suplente: Alisson Ortiz Rigitano), Luiz Leduínio de Salles Neto (representante:
16 Manuel Henrique Lente), Maria Angélica Pedra Minhoto (representante: Jacqueline
17 Luz), Rosana Fiorini Puccini (representante: Beatriz Amaral de Castilho) e Sinara
18 Aparecida Farago de Melo (representante: Maria José Medina). Membros que
19 justificaram ausência: Anderson Migri da Cunha, Erika Kyushima Solano, Isabel
20 Cristina Kowal Olm Cunha, Luciana Massaro Onusic e Maria José da Silva Fernandes.
21 Membros que não justificaram ausência: Daniel Arias Vazquez, Emilia Inoue Sato,
22 Florianita Coelho Braga Campos, Leandra Mendes da Silva, Marcelo Baptista de
23 Freitas, Mariana Neubern de Souza Almeida, Nilce Manfredi, Rimarcs Gomes Ferreira,
24 Rosemarie Andrezza, Thiago Souza Coelho e Virginia Junqueira. Convidados: Claudio
25 Jeronimo Lemos (assistente em administração da Pró-Reitoria de Administração),
26 Daniel Campos de Carvalho (coordenador de Elaboração do Orçamento), Félix Ruiz
27 Sanchez (professor convidado) e Wagner Pinheiro da Silva (administrador da ProPlan).
28 Após assinatura da lista de presença e havendo quórum com 26 membros presentes, o
29 Sr. Presidente em Exercício deu início aos trabalhos. **EXPEDIENTE: a) 01 (uma) ata**
30 **para aprovação - reunião ordinária de 19/04/2016:** aprovada por unanimidade, sem
31 ressalvas; **b) INFORMES: b.1)** O Pró-Reitor de Planejamento encontra-se em férias até
32 o dia 27/06/2016; **b.2) Orçamento 2017:** o prazo para envio da proposta orçamentária
33 da Unifesp para 2017 ao MEC é 15 de julho. A Reitoria solicitou audiência com a
34 secretária executiva do MEC para apresentar as demandas de investimento da





Ministério da Educação
Universidade Federal de São Paulo
Conselho de Planejamento



35 Unifesp. O objetivo é levar ao MEC a real demanda da instituição, que atualmente é de
36 R\$ 252 milhões, mesmo sem reais perspectivas de atendimento. A Universidade
37 também tem se posicionado na mídia frente à atual situação crítica de custeio e de
38 represamento do orçamento de capital, cenário não apenas da Unifesp mas de todas as
39 IFES. **b.3) Audiência no MCTI:** o Ministro de Ciência, Tecnologia, Inovações e
40 Comunicações recebeu a Diretoria Executiva da ANDIFES e uma comitiva de reitores,
41 dentre as quais a Reitora Soraya Smaili. Este encontro com o novo Ministro teve como
42 objetivo estabelecer um canal de diálogo na área de CT&I, bem como expressar a
43 preocupação da comunidade acadêmica com a descontinuidade das políticas em curso
44 e possíveis cortes no orçamento, e ainda, com a fusão dos ministérios. A Unifesp
45 também está solicitando audiência com o Ministro Gilberto Kassab para apresentar os
46 projetos executivos mais relevantes dos campi e que já se encontram concluídos para a
47 fase de licitação de obra. **b.4) Projetos, Planos e Obras: campus Osasco:** para a
48 construção do edifício sede a Universidade já dispõe de R\$ 8 milhões, além de R\$ 2,8
49 milhões em emendas parlamentares, que viabilizarão a construção da obra com ritmo
50 planejado até dezembro. A proposta da gestão é solicitar recursos adicionais para a
51 continuidade da obra cujo valor total é de R\$ 71 milhões. O cronograma original
52 previsto é de 18 meses, porém a obra deve se prorrogar para além desse prazo;
53 campus São Paulo: foram iniciadas a recuperação do Edifício de Ciências Biomédicas,
54 a reforma do Cedeme, Infar, Biobanco, biblioteca, dos principais banheiros do campus
55 e a troca do piso dos anfiteatros; Escola Paulista de Enfermagem: o projeto do prédio
56 está sendo finalizado para a etapa de licitação da obra; PDInfra: a licitação encontra-se
57 em sua fase final com a abertura dos envelopes de preço. Com uma abrangência de
58 mais de 200 imóveis, muito dos quais em situação irregular, o Plano constitui-se em
59 oportunidade única para resolver a situação fundiária e de regularização do CSP. É o
60 plano mais complexo e constitui-se em polo de centralidade da cidade de São Paulo;
61 campus Baixada Santista: o Edifício Carvalho de Mendonça passou por primeira
62 reforma para garantir o seu uso imediato; no momento elabora-se projeto de reforma
63 global do edifício. Também em processo acelerado encontra-se o projeto executivo do
64 Bloco III, que vai abrigar os cursos de educação física, além de atividades dos cursos
65 de fisioterapia e terapia ocupacional, e o bloco Docas, que sediará a biblioteca e o
66 teatro, além da recuperação de antigo colégio, patrimônio histórico de Santos, para o
67 Serviço Escola Integrado, com áreas de convivência coletiva. O representante discente
68 Caetano Molima, aluno do bacharelado em Ciências do Mar, agradece os esforços da





Ministério da Educação
Universidade Federal de São Paulo
Conselho de Planejamento



69 ProPlan em relação à aquisição de parte do terreno do Terminal Pesqueiro de Santos
70 do governo federal que deverá sediar as futuras instalações do edifício principal do
71 Imar. O Prof. Pedro Arantes relata que após estudos preliminares no PDInfra do
72 campus, o projeto contou com o apoio da Superintendência do Patrimônio da União
73 para a cessão do terreno à Unifesp, cuja publicação no DOU deu-se em 16 de junho;
74 campus Guarulhos: a obra do grande edifício foi entregue com pequenas situações
75 pontuais que ainda necessitam ser testadas no uso diário. O antigo edifício abrigará
76 sala de professores e atividades administrativas e de pesquisa, e deverá ser entregue
77 até o final do ano. PDInfra: devido à escassez de recursos e por ser um plano diretor
78 de expansão, o seu início foi adiado para 2017, privilegiando a consolidação das atuais
79 edificações do campus. campus Diadema: foram realizadas diversas reformas no
80 edifício Eldorado que abriga atividades de pesquisa, ensino e administração; as salas
81 de professores foram remanejadas e foram criados dois novos laboratórios didáticos,
82 além de implantadas várias obras de segurança. Tais melhorias estruturais
83 contribuíram para a retomada de 100% das vagas de ingresso. Na região central,
84 foram concluídos os projetos executivos dos prédios novos e está sendo feito o ajuste
85 final do orçamento, que ficou 30% acima da meta (a ProPlan está revendo com a
86 empresa onde será possível efetuar cortes e obter desconto na licitação da obra); são
87 12 empresas concorrentes. Essas obras também dependem de duas aprovações, uma
88 na área ambiental, da Cetesb, e outra, da CNAE (Comissão Nacional de Atividades
89 Espaciais), mas ambas encaminham-se para uma resolução positiva. Na unidade José
90 Alencar foi construído novo sistema de abastecimento de água; campus São José dos
91 Campos: o projeto de moradia estudantil está em fase final de conclusão. Para a obra
92 serão pleiteados recursos ao MEC/Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).
93 O edifício Talim e o edifício adquirido há dois anos atrás passam por reformas para
94 abrigar laboratórios. Já o edifício principal passa por estudos para acomodar mais dois
95 anexos, um reagentário e um edifício de engenharia para equipamentos pesados. **b.5)**
96 Portaria nº 3.570 (17/11/2015) - comissão mista Proadm/ProPlan: o Sr. Rodrigo Turini,
97 Diretor do Departamento de Imóveis e membro da comissão, informa sobre os
98 resultados parciais do trabalho da Comissão responsável em proceder ao levantamento
99 de repasse de recursos de capital aos campi durante o período da expansão
100 (2005-2015). Os valores até o momento compreendem o período de 2005 a 2012 e
101 estão divididos ano a ano, por campus e por tipo de despesa. Os dados ainda são
102 brutos e inconclusos. A Comissão irá completar os dados e elaborar o relatório final





Ministério da Educação
Universidade Federal de São Paulo
Conselho de Planejamento



103 com a demonstração da aplicação dos recursos até o início de agosto para ser
104 apresentado ao CoPlan. Valores de recursos de capital recebidos por campus (verbas
105 da Expansão e Reuni - 2005-2012): Diadema: R\$ 44,2 milhões; Guarulhos: R\$ 9,5
106 milhões; unidade Santo Amaro (São Paulo): R\$ 1,7 milhões; Baixada Santista: R\$ 41,5
107 milhões; São José dos Campos: 13,4 milhões; São Paulo: R\$ 8,2 milhões; Osasco: R\$
108 683 mil; Reitoria: R\$ 9 milhões. **ORDEM DO DIA: 1º) proposta de criação do**
109 **NAPCEM - Núcleo de Apoio à Pesquisa em Ciência e Engenharia de Materiais**
110 **do Instituto de Ciência e Tecnologia:** Prof. Manuel Lente, coordenador do
111 Programa de Pós-graduação em Engenharia e Ciência de Materiais, convidado a fazer
112 a apresentação sobre o Núcleo, relata que a proposta do NAPCEM e seu regimento
113 interno como órgão complementar já foram aprovados pela Congregação do Instituto
114 de Ciência e Tecnologia em sessão de 31 de março. É um projeto que teve início em
115 2010 e cuja missão central é a de ser uma rede multiusuária destinada à comunidade
116 científica, que disponibilize equipamentos de alto custo e alta complexidade com a
117 melhor gestão possível. Além das atividades de pesquisa propõe-se que o Núcleo
118 também capte recursos por meio da venda de serviços voltados ao público interno e
119 externo, com o apoio da FapUnifesp. Tais recursos seriam revertidos para a
120 manutenção do parque de equipamentos. Vale ressaltar que o NAPCEM teve
121 participação importante como agente nucleador do bacharelado em Engenharia de
122 Materiais e do curso de pós-graduação em Engenharia e Ciência de Materiais. O
123 Núcleo, por seu caráter transversal, pode colaborar ainda com os demais cursos de
124 engenharia existentes, como a Engenharia Química e a Engenharia Biomédica e os que
125 estão por vir, além de fortalecer os cursos de pós-graduação e os mestrados
126 profissionalizantes com foco na indústria e na transferência de tecnologia. Desde
127 2011, a proposta do NAPCEM já concorreu a três editais da Finep por meio dos quais
128 captou recursos da ordem de R\$ 7 milhões. Atualmente o parque de equipamentos
129 compreende 7 laboratórios, em uma área total de 350 m²; os equipamentos estão
130 avaliados em R\$ 5,5 milhões (valores de 2015). Ao término da apresentação houve a
131 manifestação dos senhores conselheiros. A Prof^a Janine vê a proposta “com muito bons
132 olhos”, por ser uma área de negócios estratégica. Também enfatiza a oportunidade
133 institucional de aprendizado na captação de recursos externos com o apoio da Fap. A
134 representante discente Mariana relatou sua experiência na UFSCar e a oportunidade
135 em trabalhar com grandes equipamentos o que permite ao estudante vivenciar o que
136 será enfrentado no mercado de trabalho. Aconselha ao Núcleo ter o devido cuidado





Ministério da Educação
Universidade Federal de São Paulo
Conselho de Planejamento



137 para que as atividades externas - empresas e outras - não se sobreponham às
138 acadêmicas. O Prof. Lente esclarece que, pelo regimento interno, 80% das atividades
139 do Núcleo devem ser dedicadas à Unifesp, portanto o corpo docente têm a primazia no
140 seu uso. O estudante Caetano Molima parabeniza a iniciativa e pede esclarecimentos
141 quanto à natureza do órgão, se este seria multicampi para abarcar outros cursos da
142 Unifesp, como a Engenharia de Petróleo. O Prof. Lente explica existirem regras, mas o
143 acesso ao NAPCEM é irrestrito e liberado após preenchimento de ficha de interesse.
144 Em relação à Engenharia de Petróleo, por sua magnitude, talvez fosse o caso de ter
145 uma central multiusuária própria. A Prof^a Sylvia Batista manifesta seu entusiasmo com
146 a proposta e salienta que sua qualificação como órgão complementar dará
147 sustentabilidade ao projeto, além de fortalecer a relação com os docentes e propiciar
148 estabilidade ao corpo técnico. Complementa o Prof. Lente que o caráter de órgão
149 complementar conferirá ao NAPCEM o respaldo institucional dando ao gestor a
150 possibilidade de ter direito a voz e voto na Congregação, ter corpo técnico
151 devidamente treinado e com dedicação integral, e apresentar regularmente sua
152 prestação de contas, o que dará a oportunidade de atestar a sua produção e solicitar a
153 ampliação de seu quadro de pessoal, por exemplo, além de conferir respaldo na
154 relação com as empresas. A Prof^a Beatriz Castilho parabeniza a apresentação e o
155 papel já conquistado pela central multiusuária de SJC. Observa, no entanto, que os
156 órgãos complementares ainda são tema de discussão na atual reforma do estatuto.
157 Originalmente foram definidos como estruturas supradepartamentais que, no curso do
158 seu desenvolvimento, poderiam transformar-se em departamentos. A questão central é
159 o que a instituição de fato almeja em relação aos órgãos complementares. A vice-
160 diretora do campus São Paulo vê a necessidade de refletir melhor e pensar em regras
161 mais claras. Como órgão multiusuário, a Prof^a Maria Lucia Formigoni acredita que o
162 NAPCEM é uma das melhores apostas institucionais. Porém, já não se adequaria à
163 definição de órgão complementar, conforme disposto no Artigo 29 do Estatuto, que o
164 qualifica, dentre outras, como “estrutura...de nucleação de nova área de conhecimento
165 na Universidade”. O Prof. Lente defende o NAPCEM como um projeto relevante do
166 campus SJC que demanda reconhecimento institucional como forma de legitimá-lo e,
167 em uma visão de futuro, dar respaldo a pleitos que envolvam recursos de grande vulto.
168 O Pró-Reitor Adjunto de Planejamento parabeniza a iniciativa, e ressalta a contribuição
169 do NAPCEM na estruturação do projeto político-pedagógico do campus. Em relação ao
170 seu Regimento Interno, o Prof. Pedro indaga se este já foi submetido à avaliação da





Ministério da Educação
Universidade Federal de São Paulo
Conselho de Planejamento



171 Procuradoria, mais especificamente no que tange o papel da FapUnifesp na gestão do
172 fundo financeiro de manutenção. Pergunta também se o Conselho Curador da
173 FapUnifesp já emitiu parecer sobre a matéria. Outra questão também seria a relação
174 do NAPCEM com o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), sendo oportuno destacar o
175 papel do primeiro no fortalecimento das políticas institucionais de inovação
176 tecnológica. Ainda, de especial importância, seria incluir no regimento a disposição do
177 NAPCEM ao diálogo e abertura à colaboração multicampi e intercampi. Do ponto de
178 vista mais geral, enfatizar o papel do NAPCEM como incubador do curso de
179 Engenharia de Materiais, na graduação e pós-graduação, e o seu compromisso de
180 manter uma postura de “alargamento” das áreas de conhecimento da universidade.
181 Por fim no artigo 3º do Regimento, que trata da finalidade do Núcleo, valeria a pena
182 detalhar o que o NAPCEM entende como contribuição ao desenvolvimento tecnológico
183 do país e como esta orienta a sua missão que, por sua vez, guarda correspondência
184 com os objetivos do NIT e os eixos do PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional.
185 Com a palavra a Profª Beatriz diz reconhecer a importância do NAPCEM mas observa
186 que pelo estatuto vigente não há condições de aprová-lo enquanto órgão
187 complementar. Sua sugestão é que a questão das centrais multiusuárias seja levada ao
188 Consu quando da discussão dos órgãos complementares. A Prof Maria Lúcia é de
189 opinião que o papel do NAPCEM como nucleador de nova área de conhecimento na
190 Universidade teria sentido no passado e não hoje, quando o curso de Engenharia de
191 Materiais já está consolidado. Não vê distinção importante entre a qualificação do
192 Núcleo enquanto central multiusuária ou órgão complementar. O Prof. Lente reitera a
193 importância de ter a presença do coordenador do núcleo nos conselhos centrais e
194 congregação defendendo diretamente a área multiusuária e sua interrelação com a
195 graduação e a pós-graduação. Além disso, destaca a importância de um arcabouço
196 institucional para a desoneração e racionalização dos projetos, e o papel da Fap e Nit
197 para a transferência de tecnologia - a falta de institucionalidade resulta em recusa de
198 parcerias e ausência em editais mais robustos. Por seu histórico e potencialidades o
199 Prof. João Alexandrino expressa sua aprovação do NAPCEM como órgão complementar
200 e propõe a ampliação da discussão sobre essas estruturas no Consu. Reflete sobre a
201 fragilidade das Câmaras de Pós-Graduação e Pesquisa na gestão da inovação na
202 Universidade e como o Núcleo pode colaborar com o NIT. Profª Sylvia também apoia a
203 aprovação do NAPCEM e entende que o Núcleo é mais que uma central por guardar
204 potencial de indução de novos projetos, opinião compartilhada pela Profª Janine. O





Ministério da Educação
Universidade Federal de São Paulo
Conselho de Planejamento



205 Prof. Pedro Arantes coloca a proposta do NAPCEM como órgão complementar em
206 votação. Com 19 votos favoráveis e 2 abstenções, a proposta é aprovada. Conforme
207 Artigo 25 (incisos VI e X) do Estatuto, é preciso que o processo também seja apreciado
208 pelo Conselho de Administração antes de seu encaminhamento ao Consu. O Pró-Reitor
209 Adjunto de Planejamento solicita que a coordenação do NAPCEM leve em
210 consideração as recomendações aqui sugeridas, e que o processo já inclua o parecer
211 da Procuradoria antes da reunião do Consu. Lembra ainda que o caso do NAPCEM
212 pode contribuir para as discussões sobre a regulamentação dos órgãos
213 complementares no âmbito da reforma do Estatuto, ora em curso no Consu. **2º) GT**
214 **ORÇAMENTO DE CAPITAL - PROPOSTA DE CRITÉRIOS E DE PONTUAÇÃO**
215 **PARA QUALIFICAÇÃO DA DEMANDA:** O Prof. Daniel Carvalho, Coordenador de
216 Elaboração do Orçamento, faz a exposição sobre os trabalhos desenvolvidos pelo
217 Grupo de Trabalho de Orçamento de Capital, criado pelo CoPlan em 23 de fevereiro de
218 2016. Até o momento foram realizadas seis reuniões com representantes de todos os
219 campi de perfis diversos, o que permitiu ao Grupo uma dinâmica de trabalho com
220 visões múltiplas da Universidade. A equipe técnica da ProPlan elaborou também
221 formulário (“ficha técnica”) para preenchimento das demandas em investimento pelos
222 campi. Foram cadastradas 179 ações que estão consolidadas na planilha “Documento
223 preliminar: demandas pleiteadas pelos campi - OCC MEC 2016 e embasamento para
224 proposta orçamentária 2017”. Valores totais das demandas por campus: campus São
225 Paulo: R\$ 113.431.869,74; campus Baixada Santista: R\$ 123.969.063,76; campus
226 Diadema: R\$ 114.713.781,06; campus Guarulhos: R\$ 33.782.793,87; campus São José
227 dos Campos: R\$ 30.824.964,52; campus Osasco: R\$ 94.958.146,81; campus Zona
228 Leste: R\$ 78.600.000,00, e Reitoria: R\$ 6.281.959,79. Prof. Pedro explica que a
229 planilha é aberta e de fluxo contínuo, ou seja, cada campus pode preencher um novo
230 pleito se assim o desejar com a ressalva de que este será submetido à análise de
231 critérios de investimento. A importância da planilha é demonstrar o real cenário da
232 demanda em investimento da Universidade. É um documento que orienta a gestão nas
233 negociações em Brasília, daí o interesse em não rejeitar quaisquer pleitos dos campi.
234 Em relação às ações elencadas da Reitoria, deve-se esclarecer que se tratam de
235 compras institucionais como, por exemplo, aquisição de Autocad, computadores e
236 softwares de gestão de bibliotecas, além de solicitações do Centro de Arqueologia e
237 Antropologia Forense, Núcleos de Assistência Estudantil, Comissão da Verdade e
238 Escola Paulistinha de Educação. A partir dessa planilha o método construído foi o de





Ministério da Educação
Universidade Federal de São Paulo
Conselho de Planejamento



239 análise das demandas por meio de pontuação para caracterização das prioridades nas
240 ações. Os critérios de pontuação foram divididos por áreas, quais sejam, (a) Obras,
241 Projetos e Serviços de Engenharia, (b) Aquisição de Imóveis, (c) Mobiliário, (d)
242 Aquisição de Acervo, (e) Equipamentos de TI e Laboratórios Didáticos. Os resultados
243 do GT são apenas propositivos cabendo ao CoPlan avaliar sua consistência e
244 efetividade. Proposta de fluxo: (1) cada campus preenche a planilha de critérios com
245 as suas demandas e pontuação correspondente; (2) as planilhas serão analisadas por
246 um Comitê de Análise formado pelos chefes das áreas de infraestrutura dos campi
247 mais dois servidores da ProPlan; (3) o Comitê elabora parecer sobre a pontuação
248 proposta para cada demanda, eventualmente ajustando a pontuação obtida, e
249 comunica o campus; (4) com a concordância do campus, a demanda é cadastrada com
250 a prioridade definida que irá subsidiar o gestor na tomada de decisão; (5) o campus
251 também pode recorrer do parecer caso não concorde com a pontuação ajustada; (6) o
252 Comitê analisa novamente o pleito com as motivações do campus e emite novo
253 parecer; (7) caso o campus ainda não concorde com o parecer, é possível recorrer ao
254 Pró-Reitor de Planejamento e, em última instância, ao Conselho de Planejamento. A
255 ideia é fazer um pré-teste nos campi e ter a devolutiva até o início de agosto a fim de
256 que os resultados sejam apresentados na próxima reunião ordinária do CoPlan. Nessa
257 fase de testes cada campus deverá preencher a planilha de critérios para 5 demandas
258 (para melhor efetividade dos testes, deverão ser consideradas não apenas demandas
259 de grande prioridade, mas também demandas de média e baixa prioridade). Neste
260 primeiro momento, serão consideradas apenas obras, projetos e serviços de
261 engenharia. Com a palavra o Prof. Félix Sanchez, professor convidado e especialista
262 em orçamento participativo, expressa sua satisfação em acompanhar as discussões no
263 GT e a oportunidade de construir uma cultura de tratamento do orçamento com
264 critérios discutidos e estabelecidos em comum. A metodologia aplicada para avaliação
265 das demandas é fundamental para tornar o orçamento um elemento chave do uso do
266 recurso público de forma mais democrática e transparente. A diretora administrativa
267 do campus São José dos Campos, Sra. Debora Lisboa, indaga se o parecer do Comitê
268 de Análise das demandas é soberano. Pergunta se nesse caso o campus sempre
269 precisará derrubar o veto do comitê para que o seu pleito seja considerado. O Sr.
270 Carlos Couto, membro do GT, expressa desconhecimento quanto ao fluxo apresentado.
271 Outra questão levantada foi quanto à dificuldade em pontuar até o máximo de 7, 5 ou
272 3 pontos, desde de que a classificação está dividida em cinco faixas (altamente





Ministério da Educação
Universidade Federal de São Paulo
Conselho de Planejamento



273 prioritário; prioritário; prioridade mediana; prioridade baixa no momento; não atendeu
274 critérios mínimos - desclassificação). O Sr. Carlos também apontou a ausência de
275 subitens para os critérios, que evitariam a influência de fatores subjetivos no
276 estabelecimento da pontuação. Prof. Daniel Carvalho esclarece que a versão completa
277 dos critérios será disponibilizada a todos. Em relação ao fluxo proposto, este foi
278 comentado na última reunião. Em complemento, o Prof. Pedro esclarece que o papel
279 do Comitê é criar isonomia e equilíbrio ao ponderar todas as demandas e aplicar
280 critérios objetivos. A sua função é olhar o conjunto de pleitos de todos os campi e fazer
281 uma avaliação integrada, dando a todos amplo direito de argumentação. Quanto aos
282 subitens, estes não estão explicitados pois não houve consenso. Por outro lado, espera-
283 se que com a fase do pré-teste ocorra uma depuração da pontuação. A Prof^a Beatriz
284 Castilho vê o Comitê como um organismo apropriado para “avaliar números”. Os
285 valores dos pleitos são expressivos e requerem ser analisados nas instâncias mais altas
286 da instituição. Tem dúvidas ainda quanto à comparação de prioridades entre os campi.
287 Comenta também sobre os critérios “impacto na redução de custeio (quanto menor
288 mais pontos)” e “ampliação de vagas/atendimentos ofertados (aumento de
289 quantidade)”: no primeiro, pergunta se não seria o contrário do exposto, ou seja,
290 quanto maior o impacto, mais pontos; em relação ao segundo critério, acredita que a
291 Unifesp deveria investir na qualidade antes da quantidade. Cabe esclarecer, segundo o
292 Prof. Pedro, que a ampliação de vagas descrita no critério não significa
293 necessariamente mais vagas no vestibular, mas também referem-se a mais lugares no
294 restaurante universitário e bibliotecas, por exemplo. Informa ainda que não teve
295 retorno da CRBU e do DTI para a elaboração de critérios para a Aquisição de Acervo e
296 Equipamentos de TI, respectivamente. Enfatiza o Pró-Reitor Adjunto de Planejamento
297 que a pontuação, por si só, não é a tomada de decisão. É um referencial importante,
298 porém a decisão caberá aos fóruns políticos da Universidade. A Prof^a Gabriela de
299 Brelàz, membro do GT, vê os trabalhos como uma oportunidade de pensar como
300 instituição. A transparência da informação e a abertura à participação do processo só
301 têm a agregar a todos. Assinala o amadurecimento do GT e os trabalhos como um
302 exercício para a gestão, onde os campi têm a oportunidade de repensar suas
303 demandas. O Prof. João Alexandrino é de opinião de que a metodologia proposta pelo
304 GT ainda requer aperfeiçoamento e deve ser usada apenas como instrumento de
305 trabalho pois toda decisão é, eminentemente, política. O Prof. Pedro reitera e
306 esclarece que os trabalhos do Comitê são de avaliação técnica, a palavra final quanto à





Ministério da Educação
Universidade Federal de São Paulo
Conselho de Planejamento



307 distribuição de orçamento de capital dar-se-á nos espaços políticos da Universidade. O
308 Comitê, portanto, irá embasar e não substituir os tomadores de decisão e o seu papel é
309 de emponderar os Conselhos. Para tanto, solicita o aval do CoPlan para que o GT dê
310 seguimento aos trabalhos. Segundo o Presidente em Exercício, a meta da ProPlan é
311 chegar ao final do ano com o procedimento e a metodologia consolidados. A Prof^a
312 Sylvia Batista parabeniza o GT e entende que a formulação de critérios para a
313 distribuição de orçamento dá contorno ao debate. Quanto ao fluxo proposto, acredita
314 que induz a um caráter deliberativo do Comitê técnico. Propõe que se faça um
315 exercício preliminar no campus. Colocada em votação, a continuidade dos trabalhos do
316 Grupo de Trabalho de Orçamento de Capital, sujeita a readequações que se façam
317 necessárias inclusive de sua metodologia, foi aprovada por unanimidade. O Prof.
318 Daniel Carvalho aproveita a ocasião para informar que o GT continua aberto a novas
319 adesões. Ao concluir esse tópico o Presidente em Exercício agradece a presença de
320 todos e dá por encerrados os trabalhos do dia. Para constar, eu, Eunice Akiyama,
321 secretária, redigi a presente ata que, após aprovada, será assinada por mim e pelo Sr.
322 Presidente em Exercício.

323
324
325
326
327
328
329
330
331
332
333
334
335
336
337
338
339
340

Pedro Fiori Arantes
Pró-reitor Adjunto de Planejamento
Presidente em Exercício do Conselho de Planejamento

Eunice Akiyama
Secretária do Conselho de Planejamento

